

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO RISCO E DO DESASTRE: O CASO DAS VOÇOROCAS DE SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS

Maria Estela Ferreira¹

Myrlene Pereira dos Santos²

Eder Jurandir Carneiro³

Resumo: O artigo reflete sobre duas “situações de risco” de desabamento de encosta provocadas pelo avanço de voçorocas localizadas no bairro São Dimas, em São João del-Rei, Minas Gerais. Utiliza-se de extenso conjunto de pesquisas empíricas sobre a formação de bairros sanjoanenses de baixa renda desenvolvidas pelo NINJA/UFSJ, que deram origem a um inédito banco de dados e informações. Também foram utilizadas observações de campo e relatórios de atividades do programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental* realizados no ano de 2013. A análise explicita as dinâmicas, desigualdades, conflitos e atores envolvidos na construção sócio-histórica dessas “situações de risco”, com vistas à desconstrução sociológica da noção hegemônica de “desastres naturais”.

¹ Aluna do curso Ciências Biológicas e bolsista de extensão do Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental – NINJA - da Universidade Federal de São João Del Rei; Bolsista de extensão PIBEX- UFSJ; e-mail: mariaestelabiologia@gmail.com.

² Aluna do curso Psicologia e bolsista de extensão do Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental – NINJA - da Universidade Federal de São João Del Rei; Bolsista de extensão PIBEX- UFSJ; e-mail: myrleneps@yahoo.com.br.

³ Professor doutor do Departamento de Ciências Sociais – DECIS – e coordenador do Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental – NINJA - da Universidade Federal de São João Del Rei e-mail: Eder@ufs.edu.br.

Palavras-chave: risco ambiental; desigualdades ambientais; São João del-Rei; bairro São Dimas.

I- Introdução

Expressões como “área de risco”, “risco de desabamento” e “situação de risco” aparecem com frequência em reportagens jornalísticas, no discurso de governantes, integrantes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros ou ainda em artigos científicos. Geralmente, nesses casos, considera-se como de “risco” uma situação em que há alta probabilidade de ocorrência iminente de “desastres naturais” que possam afetar a integridade física de pessoas. Eles seriam provocados por fenômenos naturais, tais como, uma precipitação “excessiva” de chuvas, o deslizamento de uma encosta, a cheia de um rio, etc. Diretores de agências públicas encarregadas da prevenção desses “desastres” e da mitigação de seus efeitos veiculam, por meio da imprensa, alertas à população para que não construa em “áreas de risco”; àqueles que já se encontram nessa situação, recomenda-se que abandonem suas casas, pelo menos temporariamente, para “salvar o mais importante, que são suas vidas”. Quando ocorre um desses “desastres naturais”, com perdas humanas e/ou materiais, ouvimos desses diretores que a população foi devidamente alertada, mas, inexplicavelmente, deixou de atender aos reiterados apelos das “autoridades”, sendo, por isso, atingida pela “fatalidade”. Vemos, então, pela TV, a ação de voluntários e o desespero dos atingidos. Vemos ainda, a atuação da Defesa Civil e

de esferas do poder público, como prefeitura e secretarias, por exemplo, que consiste em prestar socorro médico a feridos, localizar eventuais desaparecidos, alojar os desabrigados em galpões, em condições precárias de higiene e privacidade etc. Com o tempo, o “desastre natural” deixa os noticiários e a vida volta ao “normal”, até o próximo “desastre”.

Do ponto de uma sociologia crítica das desigualdades ambientais, entretanto, tais situações nada têm de “natural”⁴. Decerto, deslizamentos de encostas ou precipitações de chuva obedecem, em parte, a certas leis do mundo natural, cuja ação independe das atividades humanas. Contudo, a gênese, intensidade, localização e consequências sociais e ambientais podem decorrer, em grande medida, de processos sócio-históricos e de ações e omissões de indivíduos e grupos sociais. Assim, não é ocasional que os atingidos pelos desastres sejam, quase sempre, indivíduos pertencentes aos estratos mais pobres da população⁵.

Compete, pois, à análise sociológica desnaturalizar esses processos e discursos, desvendando os mecanismos, atores, percepções e relações de poder que operam a construção social das situações nomeadas pelo senso comum como “desastres naturais”. Tal é a natureza do exercício a que nos propomos no presente artigo,

⁴ Há um extenso conjunto de trabalhos sociológicos voltados à desconstrução crítica de noções como as de “risco”, “área de risco”, “desastres” etc. Para uma primeira aproximação a esses trabalhos, veja-se a importante coletânea organizada por Valencio et al (2009).

⁵ Para uma discussão fundamentada sobre as relações entre desigualdades sócio-econômicas e desigualdades sociais, veja-se, entre outros, Acseirad, Mello e Bezerra (2009)

ao examinarmos situações em que moradores do bairro São Dimas, localizado na cidade mineira de São João del-Rei, tiveram e têm suas casas ameaçadas de desabamento pelo avanço de voçorocas. Os dados e informações empíricas que fundamentam a análise que se segue foram gerados pelas ações do programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental*, realizadas no bairro São Dimas, entre os anos de 2004 e 2013. O programa de extensão desenvolve-se no âmbito do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), grupo de pesquisa, extensão e ensino registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq⁶ e vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DECIS) da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). O programa tem contado com bolsas de extensão e apoio financeiro da Pró-Reitoria de Extensão da UFSJ.

II- Metodologia

Grande parte das análises presentes nesse artigo baseia-se num extenso conjunto de pesquisas empíricas sobre a formação de bairros sanjoanenses de baixa renda desenvolvido, nos últimos dez anos, no âmbito do NINJA/UFSJ. Nessas pesquisas, foram aplicados *surveys* domiciliares em centenas de residências e realizadas dezenas de entrevistas com moradores, permitindo formar um notável e inédito banco de dados e informações sobre as condições sócio-econômicas e ambientais de oito bairros periféricos de São João Del-

⁶ Link onde se localiza os registros do grupo Np CNPq (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=4089702HS29JV4>)

Rei, assim como sobre a trajetória de migração de seus moradores, sobre as formas de acesso à terra e de construção das moradias, sobre os processos e conflitos implicados na implementação de equipamentos de infra-estrutura e de serviços públicos etc.

Para a elaboração do presente trabalho, também lançamos mão de observações de campo e relatórios de atividades do programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental* realizadas no ano de 2013.

III- Desenvolvimento (resultados e discussão)

III.1- Duas cenas de “desastres naturais” iminentes

Apresentamos agora duas situações, ocorridas no bairro São Dimas, em que residências de moradores estiveram ou estão seriamente ameaçadas de desabamento. Em ambas as situações, o senso comum entende que as causas da situação de risco e de eventuais desastres são as voçorocas, concebidas como fenômenos puramente naturais, a imprevidência de quem constrói residências e mora em áreas urbanas em que os solos são sabidamente propensos à formação de voçorocas e a fragilidade da ação fiscalizadora do poder público, que permite a ocupação residencial nessas áreas. A ação das chuvas que, durante o verão, quando se tornam mais intensas e continuadas, contribuem para acelerar processos de desmoronamento das bordas das voçorocas é apontada como mais um dos motivos.

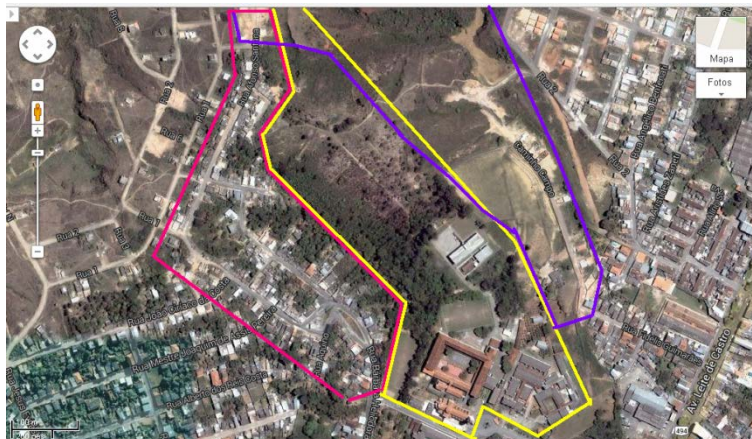
O bairro São Dimas, localizado na região nordeste da área urbana de São João Del-Rei, é circundado por uma extensa área de ocorrência de grandes voçorocas, demarcada pelo polígono azul da

Foto 1. Na Foto 2, vê-se que há interseções entre as áreas do bairro São Dimas (polígono cor-de-rosa), do *campus* Dom Bosco da UFSJ (polígono amarelo) e as voçorocas (polígono azul).

A primeira das duas situações de risco de desastre iminente veio a público em 2004, ano em que teve início o programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental*. Essa situação pode ser visualizada na Foto 3. Como se pode ver, quatro casas, inseridas no polígono vermelho, localizam-se à beira das voçorocas (delimitadas pela linha azul), na divisa com o terreno do *campus* Dom Bosco da UFSJ (linha amarela). Essa situação foi parcialmente resolvida pela contenção dos pontos críticos da encosta, realizada pelo projeto Maria de Barro, em parceria com o programa de extensão *Cidadania e justiça ambiental* e a Associação dos Moradores do Bairro São Dimas. A segunda situação, vista na Foto 4, se configurou a partir do início de 2012, onde casas foram ameaçadas de desabamento localizadas nas ruas Afonso Santana e Bárbara Heliodora (polígonos verdes). São, ao todo, 19 casas, nas quais residem 83 pessoas e circundam uma área de voçorocas (polígono azul). Pode-se ainda observar a localização dessa situação de risco em relação à situação anteriormente mencionada (polígono vermelho). De janeiro de 2012 até março de 2014, os moradores não conseguiram obter ações concretas de parte do poder público, apesar de terem sido realizadas algumas reuniões entre moradores e representantes da prefeitura.

A delimitação da área em que se localizam as casas que estão sob ameaça de eventual escorregamento da encosta foi feita

Foto 2 – Bairro São Dimas, *campus* da UFSJ e área de voçorocas circundante



Fonte: <https://maps.google.com.br>

Foto 3 – Casas ameaçadas de desabamento na travessa Afonso Santana e na Rua Afonso Santana



Fonte: <https://maps.google.com.br>

Foto 4 – Casas ameaçadas por afundamento da Rua Afonso Santana



Fonte: Foto feita por alunos da disciplina “Estúdio Intermediário Ocupação em encostas”, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ, ministrada pela Professora Daniela Abritta Cota.

III.2- Desnaturalizando a naturalidade dos “desastres naturais”

Para compreender o processo sócio-histórico de construção das situações de risco acima apresentadas, de início, seria preciso perceber as dinâmicas sócio-espaciais que, no Brasil, compelem famílias de baixa renda a habitar, nas áreas urbanas, regiões geotecnicaamente inseguras, localizadas próximas a encostas deslizantes, em várzeas inundáveis, distantes dos equipamentos e serviços de infraestrutura urbana etc. Como salienta Maricato (2002: 122, 125, 140 e 163), é parte orgânica de nosso padrão de urbanização

“a gigantesca ocupação ilegal do solo urbano... ignorada na representação da ‘cidade oficial’ (...) a cidade que se desenvolveu ao largo das leis e dos planos (...) [a] não cidade (...) as periferias extensas que, além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal) (...) [assentadas em] (...) áreas ambientalmente frágeis – beira de córregos, rios, reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale – que (...) não interessam ao mercado legal, são as que ‘sobram’ para a moradia de grande parte da população”.

Numa sociedade gravada por fortíssima desigualdade social, estruturalmente marcada por níveis extremos de concentração da propriedade fundiária, rural e urbana (Maricato, 2011: 185 ss.), a construção das “cidades duais” é, simultaneamente, condição e resultado de nossa “modernização recuperadora” e de seu colapso, seguido do período neoliberal e “neodesenvolvimentista”. Com efeito, nosso desenvolvimento capitalista subordinado e tardio, estatalmente conduzido e induzido, baseado na intensa e extensa espoliação da força de trabalho e das condições naturais e territórios de camponeses, comunidades e povos tradicionais se faz acompanhar por um gigantesco e vertiginosamente rápido processo de urbanização. Nesse processo, a concentração da propriedade fundiária e o arrocho dos salários promovem a exclusão de enormes contingentes de pessoas do acesso à moradia e à terra urbanas pelos mecanismos do mercado e, simultaneamente, facultam ao capital financeiro-imobiliário lucros extraordinários, em larga medida baseados no monopólio de terras urbanas “valorizadas” pelos investimentos públicos em infraestrutura e nas operações de

adequação do espaço urbano ao capitalismo automobilístico, quase sempre mediados pelas “facilitações” oferecidas pelos governantes dos diversos níveis do Estado, eles mesmos eleitos em campanhas financiadas pelos agentes do capital financeiro-imobiliário e da construção civil.

Essa dinâmica de construção das cidades duais brasileiras encontra especificidades em São João Del-Rei. “Cabeça” da Comarca do Rio das Mortes, São João Del-Rei se tornou, ao longo do século XIX, um próspero centro comercial atacadista e financeiro. Nas últimas décadas do século XIX, com o declínio da atividade das fazendas produtoras de gêneros agropecuários de abastecimento, a elite mercantil-financeira local investe parte de seu capital em iniciativas que visavam à melhoria das condições de transporte e à instalação de indústrias dos setores têxtil e alimentício (GRAÇA FILHO, 2002: 47). A exemplo do que ocorria na Zona da Mata, São João del-Rei viveu um significativo processo de industrialização que se prolongou até a passagem da década de 1950 à de 1960, e se assentava em “setores tradicionais”, ligados às atividades de fiação, produção de têxteis, móveis, bebidas, calçados, artefatos de couro, laticínios, sabão etc. (GAIO SOBRINHO, 1997).

O período recessivo da economia brasileira do início dos anos 1960 marca o princípio de uma crise generalizada da industrialização sanjoanense, embora já se verificasse no estado, há algumas décadas, um declínio relativo das “indústrias tradicionais” (DINIZ, 1981: 143), acompanhado por um desenvolvimento contínuo dos empreendimentos ligados ao setor sidero-metalúrgico.

Em certa medida, o declínio da industrialização sanjoanense reflete uma tendência mais geral da economia brasileira no período. Assim, entre 1949 e 1980, a participação proporcional dos chamados setores tradicionais no valor agregado da indústria nacional caiu de 65,5% para apenas 37%, enquanto a contribuição dos novos setores (concentrados na produção de bens intermediários) subiu de 34,5% para 63% (NOVY, 2002: 120), caracterizando uma completa inversão.

Com a retomada do crescimento da economia brasileira, após 1967, novas elites econômicas e políticas mineiras (DULCI, 1999) puderam, enfim, concluir seu projeto de construir, no centro do Estado, mediante a atração de capitais forâneos, um consistente parque industrial centrado nas grandes indústrias de bens intermediários, com ênfase na mineração e na siderurgia, valendo-se das enormes reservas minerais da região⁷. A recessão econômica dos primeiros anos da década de 1960 e, na sequência, o deslocamento efetivo do eixo da industrialização em Minas para a região central do estado e para os “setores não tradicionais” aceleraram a desindustrialização sanjoanense tornando a mesorregião do Campo das Vertentes uma área de declínio econômico. Consequentemente, a partir da década de 1970, São João del-Rei, na qualidade de cidade-pólo de uma mesorregião economicamente deprimida, passa a atrair contingentes de emigrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos, ensejando a constituição e contínua

⁸ Para uma síntese dos processos de gênese, desenvolvimento e colapso da “nova industrialização” mineira, veja-se Carneiro (2003, cap. 3).

ampliação de novas periferias⁸. Essas novas periferias, localizadas em regiões mais afastadas do chamado Centro Histórico, caracterizam-se, sobretudo, pela presença de situações de risco/contaminação e pela ausência/precariedade de serviços básicos de infraestrutura urbana.

Se os fundos para investimento em políticas públicas da cidade de São João Del-Rei já se mostravam escassos – devido à decadência econômica do município –, o quadro se agrava ainda mais a partir dos anos 1980, quando o colapso dos intentos de “modernização recuperadora” mergulha o país num processo de “desindustrialização endividada” (ALTVATER, 1995), abrindo-se um período em que a adoção de políticas neoliberais exige, entre outras coisas, a produção de superávits fiscais e a redução dos “gastos públicos”. Em consequência, acelera-se o processo de povoamento das novas periferias sanjoanenses⁹, o que faz com que

⁹ Os dados dos *surveys* aplicados por pesquisadores do NINJA/UFSJ mostram que cerca de 30% das famílias que deram início ao povoamento do bairro São Dimas vieram diretamente zona rural de São João del-Rei ou das zonas rural ou urbana de municípios próximos.

¹⁰ O processo que, a partir dos anos 1980, mais fortemente contribuiu para o crescimento acelerado das novas periferias foi, sem dúvida, a valorização dos terrenos e dos aluguéis mais próximos ao Centro, que provocou a expulsão das famílias de baixa renda que ocupavam essas áreas. Com efeito, cerca de 50% das famílias que chegaram ao bairro São Dimas nos últimos 20 anos são originárias de outros bairros da cidade. E cerca de 40% dos chefes dessas famílias declaram que se mudaram para o local porque não podiam mais sustentar os custos de moradia em outros bairros. Outros 27% disseram que, além do encarecimento geral dos aluguéis, foram pressionados pela ampliação da família, que exigia sua transferência para imóveis maiores, cujos aluguéis são obviamente mais caros. De uma maneira geral, os dados evidenciam, para o período posterior a meados da

as condições de infraestrutura urbana dessas áreas tendam a se tornem cada vez mais precárias¹⁰.

O início da formação das voçorocas que circundam o bairro São Dimas remonta, provavelmente, ao século XIX, relacionando-se, talvez, à atividade mineradora, à abertura de estradas carroçáveis, à retirada da cobertura vegetal dos solos para a agricultura etc. Contudo, o processo tem se agravado e acelerado ao longo das últimas décadas, principalmente em decorrência dos impactos trazidos pela formação de loteamentos no entorno, sempre desprovidos de equipamentos de infraestrutura urbana e geralmente vendidos, a baixo preço, para os estratos mais pobres da população. Sem redes públicas de coleta, as águas pluviais, o esgoto e o lixo desses loteamentos são despejados diretamente na voçoroca, o que em muito colabora para o fortalecimento dos processos erosivos. Em consequência, áreas do bairro São Dimas que, quando começaram a ser ocupadas por habitações, estavam distantes das voçorocas passam a ser por elas ameaçadas. O próprio poder público permite que as voçorocas prossigam seu curso de expansão, na medida em que, por inação, faculta aos proprietários dos terrenos em que se situa a voçoroca apenas preservá-los em sua propriedade - para fins especulativos, no caso dos empresários do setor imobiliário, ou como

década de 1980, uma forte aceleração do ritmo de crescimento da ocupação residencial no bairro São Dimas, onde o ritmo de ocupação residencial mais que triplicou após 1986, período em que foram construídas nada menos que 101 casas (ou cerca de 67% das residências que o bairro possuía em 2004).

área de expansão futura, no caso da própria UFSJ, proprietária de uma parte do terreno por onde avança a voçoroca -, desobrigando-os de executar os trabalhos necessários para a contenção do processo erosivo (esse tipo de uso do território se faz invisível para o senso comum, aparecendo como não-uso).

Nas situações de risco presentes na comunidade, a ação do Estado praticamente limitou-se a, por meio da Defesa Civil do município, repetir o inócuo ritual de lavrar laudos de risco e aconselhar a desocupação dos imóveis. O caráter meramente retórico da exortação à desocupação dos imóveis em risco fica claro quando considerada do ponto de vista dos atingidos. Para eles, desocupar implica livrar-se de um risco para assumir diversos outros, que não são vistos ou nem mesmo hipoteticamente considerados da ótica hegemônica dos peritos da Defesa Civil¹¹.

IV- Conclusão

Os homens constroem seus territórios, mas não o fazem em condições de sua escolha. Os próprios homens se constroem à

¹¹ Como revela o pai da família, em entrevista: “(...) [a] Defesa Civil vinha e falava que a gente tinha que sair daqui, mas a gente tinha que sair por conta própria. Igual, da última vez que eu resolvi sair, eu só tomei prejuízo: me roubaram as instalações da casa toda, me arrombaram a casa, arrancaram as torneiras, e eu pagando 255 reais de aluguel na Colônia [do Marçal, bairro de São João del-Rei distante do Centro]! Eu tinha que trabalhar dia e noite por que meu salário não dá para manter, ainda mais pagando aluguel e 70 reais de luz!”

medida que constroem seus territórios. A dinâmica de construção dos territórios urbanos de classes populares, com a constituição de situações de “risco ambiental” orienta-se pelos desenvolvimentos mais abrangentes da acumulação de capital em Minas Gerais e, mais especificamente, pela operação do mercado fundiário e imobiliário sanjoanense, processo reiterado pelas ações e omissões seletivas do poder público. Outro aspecto relevante é a construção simbólica do que há de natural e o que econômica, política e socialmente construído na ocorrência dos desastres, que culmina por naturalizar os processos que resultam em desastres a partir do discurso.

Contrariando tais mecanismos, os habitantes dos bairros periféricos têm que empreender práticas, ações e estratégias, individuais, familiares e coletivas, que marcam a longa, lenta e sempre inconclusa trajetória de construção das condições de urbanização e de segurança dos territórios e, ao mesmo, tempo, ensejam a formação de laços de solidariedade e de uma territorialidade peculiar, caracterizada pela representação do território como um “lugar identitário”. A desnaturalização da atual conformação dos territórios de classes populares sanjoanenses requer a reconstrução analítica dos processos e conflitos ambientais por meio dos quais esses territórios ganharam suas características presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri, MELLO Cecília A. M. e BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CARNEIRO, Eder J. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. 2003. 449 f. (Tese de doutorado em Sociologia e Política). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

CARNEIRO, Eder J. **Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del-Rei** – MG. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife (PE), 29 de maio a 1º de junho, 2007.

CARNEIRO, Eder J. e CANDIDO, Luiz F. M., **Notas sobre uma experiência de extensão universitária: justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas (São João del-Rei/MG)**. Anais do III Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Florianópolis, 23 a 25 de outubro, 2007.

DINIZ, Clélio Campolina, **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**, Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

GAIO SOBRINHO, Antônio. **História do comércio em São João del-Rei**, São João del-Rei: ed. Indep. (1997).

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**, São Paulo: Annablume, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**, Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 2011.

NOVY, Andreas. **A des-ordem na periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 2002.

VALENCIO, Norma et al. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.